



PROCESSO Nº 12726/2008

APENSO Nº 052.002095/2007 - GDF

ÓRGÃO DE ORIGEM: Polícia Civil do DF – PCDF.

ASSUNTO: **Aposentadoria.**

EMENTA: Aposentadoria de MARCOS ANTÔNIO MENEZES MONTEIRO, matrícula nº 27.517-4, no cargo de Agente de Polícia, Classe Especial, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/85, combinado com o art. 40, §§ 3º e 4º, da CRFB, com redação da EC nº 20/98, e com os arts. 3º e 7º da EC nº 41/03, de acordo com o ato publicado no DODF de 24.10.07, retificado por ato publicado no DODF de 08.06.10.

Parecer do Controle Interno pela legalidade: fls. 31/33 – apenso.

Defesa prévia apresentada em face da Decisão nº 2781/2011.

Conhecimento. **Improcedência.**

Cumprimento de diligência. **Ilegalidade.**

Senhor Diretor,

Tratam os autos da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, de MARCOS ANTÔNIO MENEZES MONTEIRO, nos termos mencionados na ementa.

2. Na atual fase processual, analisa-se a **defesa prévia** (fls. 15/23) apresentada pelo representante legal do servidor em epígrafe (fl. 24), *ex-vi* da Decisão nº 2781/2011 (fl. 13), “*ante a possibilidade deste Tribunal considerar ilegal a concessão em exame, por falta de amparo legal*”.

DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA

3. Cumpre registrar, preliminarmente, a tempestividade da presente defesa, oferecida no prazo estabelecido pelo e. Plenário (trinta dias).

4. O defendente, em suas alegações, destaca o disposto no artigo 1º do Decreto nº 14.061/92 para consignar que, “*ainda que o policial não esteja lotado em uma delegacia, deve preservar as vantagens de seu cargo, posto que é policial 24 horas por dia e está permanentemente exposto a risco*”.

5. No tocante ao artigo 3º da Lei nº 3.556/05, impugnado pelo c. Supremo Tribunal Federal – STF – no julgamento da ADI nº 3817, traz à colação excerto de voto divergente proferido pelo Ministro Marco Aurélio no julgamento daquela ação, ressaltando que “*não cabe ao TCDF imiscuir-se nesta seara e interpretar a natureza do trabalho policial*”, ressaltando que “*não é razoável que se mudem as regras do*



jogo agora, quase 20 anos depois, pois o servidor sempre confiou que poderia contar este tempo para efeitos de aposentadoria especial”.

6. Em relação ao aproveitamento de tempo prestado em mandato classista para fins da inativação especial de policial, assevera que o disposto nos artigos 92 e 102 da Lei nº 8.112/90 resguarda tal possibilidade. Em reforço à tese, transcreve julgados dos Tribunais Regionais Federais – TRF – das 4ª e 5ª Regiões que autorizam tal entendimento.

7. Quanto aos 90 (noventa) dias de suspensão não excluídos da apuração de tempo de serviço, assevera que tal período *“foi devidamente anulado em razão de decisão judicial proferida pelo STJ, nos autos do Resp nº 121.834-DF”*.

8. Ao final, requer:

- o provimento das presentes alegações para declarar a legalidade da aposentadoria em tela, reconhecendo como estritamente policial o período de exercício em mandato classista;

- o encaminhamento de eventuais notificações da c. Corte ao representante legal do defendente.

DO MÉRITO

9. No tocante à aplicação das disposições do Decreto nº 14.061/92 para convalidar a concessão em apreço, vale ressaltar que a *quaestio juris* foi amplamente debatida pelo Tribunal em diversos feitos (Processos TCDF nº 6592/07, 41730/07, nº 36213/07, nº 29165/08, entre outros). Em **todos** restou confirmado pelo e. Plenário o posicionamento adotado pelo i. Conselheiro-Substituto José Roberto de Paiva Martins, *ex-vi* do voto proferido nos autos do Processo TCDF nº 2754/93:

Pelo visto, não basta ao servidor da Carreira Policial estar lotado nos órgãos referidos pelo Decreto nº 14.061/92 (Secretaria de Segurança Pública ou Gabinete do Governador) para que usufrua das vantagens da LC nº 51/85... é preciso que ele esteja no exercício funcional das atribuições legais de seu cargo efetivo de natureza policial... (grifamos)

10. Com efeito, não parece razoável a afirmação de que o servidor *“deve preservar as vantagens de seu cargo, posto que é policial 24 horas por dia e está permanentemente exposto a risco”* pois, daquele que desempenha atividades meramente burocráticas ou foi cedido para órgãos desvinculados da área de segurança, não se exige permanente prontidão ou disponibilidade para atuar na



prevenção da ordem pública, realizar investigações ou apurar infrações penais, funções típicas da polícia judiciária do Estado.

11. Quanto à possível modulação do alcance da deliberação do c. STF, que declarou inconstitucional o artigo 3º da Lei nº 3.556/2005, cumpre consignar que decisão do excelso Pretório em Ação Direta de Inconstitucionalidade é dotada de eficácia contra todos (“*erga omnes*”) e efeitos retroativos (“*ex tunc*”), vinculante e repristinatório em relação à legislação anterior.

12. Destarte, descabe a esta Corte de Contas deliberar sobre os efeitos da decisão que invalidou o inquinado dispositivo da Lei nº 3.556/2005, vez que a declaração de inconstitucionalidade em tese encerra um juízo de exclusão que, fundado numa competência de rejeição deferida à Suprema Corte, consiste em remover do ordenamento positivo a manifestação estatal inválida e desconforme com o modelo plasmado na Carta Política, com todas as consequências daí decorrentes.

13. No que pertine ao possível aproveitamento do tempo passado em mandato classista para fins da aposentadoria especial, considerando os acórdãos trazidos à colação pelo defendente, impende registrar que nenhuma das indigitadas ações transitou em julgado, estando ambas no Superior Tribunal de Justiça – STJ – em sede recursal.

14. Não obstante, vale destacar que jurisprudência mais recente do TRF – 5ª Região – pugna pela impossibilidade do aproveitamento do mandato sindical como tempo efetivamente policial (fls. 44/47), *verbis*:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL FEDERAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. ATIVIDADE ESTRITAMENTE POLICIAL. REQUISITO DA LC 51/85. PERÍODO AFASTADO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO SINDICAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. A ressalva do direito à aposentadoria especial, nos termos do parágrafo 4º, do Art. 40, da CF/88, pressupõe o exercício das atividades profissionais em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

2. Hipótese em que a atuação no âmbito sindical não tem o condão de configurar 'exercício em cargo de natureza estritamente policial', a autorizar a aplicação do beneplácito inserido na LC 51/85.

3. Apelação e remessa oficial providas. Improcedência do pedido.

*Acórdão: AC 335942/AL - Tribunal Regional Federal - 5ª Região
Número do Processo: 0006386-24.2003.4.05.8000*



Órgão Julgador: Segunda Turma
Data Julgamento 21/08/2007
Publicação: Diário da Justiça - Data: 12/09/2007
Decisão: UNÂNIME

15. Ademais, é importante ressaltar que esse colacionado Acórdão do TRF – 5ª Região transitou em julgado, conforme fls. 48/51. No voto que culminou com a mencionada decisão, o douto Relator do feito, i. Desembargador Luiz Alberto Gurgel de Faria, acerca da aplicação da Lei nº 8.112/90 ao caso, posicionou-se nos seguintes termos (fl. 46):

A matéria aqui devolvida diz respeito à possibilidade de se reconhecer como “exercício em cargo de natureza estritamente policial”, para fins de aposentadoria, o tempo de serviço em que o autor, Policial Federal, esteve afastado exercendo mandato sindical.

De logo, constato que a tese da recorrente merece guarida.

Com efeito, a Lei Complementar 51/85, “que dispõe sobre a aposentadoria do policial federal”, assim estabelece:

*Art. 1º - O funcionário policial será aposentado:
I – voluntariamente, com proventos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial;*

Consoante se infere do dispositivo em destaque, a atividade em comento possui regramento próprio acerca do instituto da aposentadoria (motivo suficiente a afastar a aplicação da Lei 8.112/90), exigindo do policial federal, em contrapartida ao deferimento da aposentadoria integral com trinta anos de serviço, o exercício de, pelo menos, 20 anos de atividade estritamente policial. (grifamos)

16. O e. Relator, após ressaltar a necessária periculosidade da atividade para fins de implemento do requisito especial da inativação do policial, assemelhou tal concessão à aposentadoria do professor, destacando que o c. STF tem posicionamento sumulado sobre a questão:

*O beneplácito legal decorre, inegavelmente, do grau de periculosidade inerente à função efetivamente desempenhada pelo policial federal, não verificada durante o lapso em que o recorrido passou exercendo a salutar política sindical.
(...)*



Por fim, tenho que a presente situação assemelha-se bastante com a situação do professor que postula a averbação do tempo de serviço que desenvolveu fora da sala de aula, para fins de aposentadoria especial. Tal pretensão restou desatendida pela Suprema Corte, tendo, inclusive, editado a Súmula 726, que dispõe: "Para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado fora da sala de aula."

17. O policial, no efetivo exercício das suas atribuições, defende os interesses do Estado na área da segurança pública. Está, indubitavelmente, sujeito ao risco que lhe assegura o benefício da aposentadoria especial. Já o policial investido em mandato classista defende os interesses da sua categoria profissional nas lides trabalhistas. Está, por determinação legal, **licenciado** da sua função pública e, por consequência, afastado do perigo inerente ao desempenho do cargo.

18. Nesse sentido, cumpre trazer à colação excerto de votos proferidos pelo i. Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha no exame dos Processos TCDF nº 3760/2010 e nº 3794/2010, ao comentar o posicionamento adotado pelo c. STF em julgamento que reconheceu a aplicação da LC nº 51/85 para amparar a aposentadoria especial de policial após o advento da Carta Política de 1988:

Vale destacar que ao reconhecer que a Lei Complementar nº 51 de 20 de dezembro de 1985 foi recepcionada pela Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a contagem do período de vinte anos previsto na mencionada lei deve ser exercido em atividades de natureza estritamente policial, ou seja, exercido em situações nas quais o policial exponha sua integridade física a risco, pressuposto para o reconhecimento da aposentadoria especial do art. 40, § 4º, da Constituição da República. Verbis:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 3º DA LEI DISTRITAL Nº 3536/2005. SERVIDORES DAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS CEDIDOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO E DO DISTRITO FEDERAL: TEMPO DE SERVIÇO CONSIDERADO PELA NORMA QUESTIONADA COMO DE EFETIVO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POLICIAL. AMPLIAÇÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA ESPECIAL DOS POLICIAIS CIVIS ESTABELECIDO NO ARTIGO 1º DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 51, DE 20.12.1985. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.[...]3. O art. 1º da Lei Complementar Federal n. 51/1985 que dispõe que o policial será aposentado voluntariamente, com proventos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte pelo menos 20 anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial foi recepcionado pela



Constituição da República de 1988. A combinação desse dispositivo com o art. 3º da Lei Distrital nº 3.556/2005 autoriza a contagem do período de vinte anos previsto na Lei Complementar n. 51/1985 sem que o servidor público tenha, necessariamente, exercido atividades de natureza estritamente policial, expondo sua integridade física a risco, pressuposto para o reconhecimento da aposentadoria especial do art. 40, § 4º, da Constituição da República: inconstitucionalidade configurada.4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (grifou-se. ADI 3.817, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 64, 2.4.2009) Essa orientação tem sido aplicada por Ministros desta Corte para negar seguimento a casos de mandado de injunção impetrados por policiais, em razão da inexistência de omissão legislativa. Nesse sentido, citem-se as seguintes decisões monocráticas: MI-AgR 895, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 1º.2.2010; e MI 2.696, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ 3.5.2010. Segundo dispõe o artigo 5º, LXXI, da Constituição, o mandado de injunção tem por objeto a proteção de direitos e liberdades constitucionais e de prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, cujo exercício seja inviabilizado por falta de norma regulamentadora. No presente caso, verifico que o direito constitucional que os substituídos do impetrante pretendem exercer aposentadoria especial (Art. 40, § 4º, inciso II, da Constituição) está regulamentado pelo inciso I do artigo 1º da Lei Complementar 51/1985, recepcionada pela Constituição de 1988. Portanto, não havendo omissão legislativa a ser sanada, o presente writ é manifestamente incabível. Ante o exposto, nego seguimento ao presente mandado de injunção (art. 21, § 1º, do RI/STF). (grifei) Publique-se.

Brasília, 20 de agosto de 2010.

Ministro GILMAR MENDES.

Relator

Assim, no entender do STF, o pressuposto para o reconhecimento da aposentadoria especial do art. 40, § 4º, da Constituição da República é o exercício de atividades na qual o policial expõe sua integridade física a risco. Ora, o policial incumbido de exercer proteção à vida e a incolumidade física de autoridades vive em constante risco de morte, visto que deve estar permanentemente a postos para um combate que não tem dia e nem hora para acontecer. Em consequência, surge o estresse que acaba causando desgaste físico e psicológico. Isso gera ansiedade, preocupação e, não raro, doenças como depressão, síndrome do pânico, entre outros transtornos.



Por isso que, por falta de legislação que defina quais são as funções estritamente policiais (e são várias), tenho que o entendimento mais razoável é de que o conceito dessas atividades deve ser interpretado de forma ampla, não abrangendo, apenas, o exercício da atividade policial em Delegacia de Polícia ou unidade congênere, mas sim como toda e qualquer atividade de natureza policial na qual o servidor esteja no exercício funcional das atribuições legais de seu cargo efetivo, independentemente do local onde o exerce. Desse modo, a função de segurança de autoridades é um cargo cujas atribuições e responsabilidades são compatíveis com os riscos inerentes à atividade profissional originária dos policiais civis.

19. Com efeito, ao assumir o mandato sindical, o servidor policial faz a justa **opção** pela defesa dos interesses da classe. Assim, fica desobrigado das suas atribuições primárias e deixa de estar subordinado à hierarquia da Corporação. Em tal condição não deve, perante a lei, receber tratamento isonômico àquele que está permanentemente sujeito ao dever do ofício, pois, no ensinamento de Aristóteles, a verdadeira igualdade só pode ser obtida atribuindo-se tratamento desigual aos desiguais, na medida de suas desigualdades.

20. Ademais, cumpre assinalar que a LC nº 51/85 não exigiu, para fins da aposentadoria especial, que todo labor fosse prestado em efetiva atividade policial. *In casu*, não há qualquer restrição ao aproveitamento do período de representação classista no cômputo dos 10 (dez) anos de serviço **não especializado**, conforme estabelece o inciso I do artigo 1º daquele diploma legal, hipótese que se harmoniza perfeitamente com as disposições do artigo 102, inciso VIII, alínea "c", da Lei nº 8.112/90¹.

21. Em reforço à tese, vale registrar trecho do voto proferido pelo i. Conselheiro Manoel de Andrade no exame do Processo TCDF nº 19351/2007, em sede de Pedido de Reexame, que confirmou a aplicação do princípio da segurança jurídica para resguardar a primazia da lei no que concerne ao atendimento de requisitos específicos:

É com base nesse princípio, também, que entendo deve ser

¹Art. 102. Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

...

VIII - licença:

...

c) para o desempenho de mandato classista ou participação de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores para prestar serviços a seus membros, exceto para efeito de promoção por merecimento; (Redação dada pela Lei nº 11.094, de 2005).



negado o recurso do servidor, em prol da manutenção da legitimidade das decisões desta Corte e da justiça, que não transigem do completo preenchimento, por parte dos servidores, dos requisitos para a aposentadoria, no caso específico, tempo mínimo de 30 anos de serviço, sendo 20 estritamente policial, nem possibilitam exceções ou tratamentos diferenciados, não previstos em lei.

22. Por derradeiro, no tocante ao período de 90 (noventa) dias de suspensão não excluído da apuração de tempo de serviço, e que, segundo o defendente, foi anulado em razão de decisão judicial, entende-se que não procede tal argumento. Como se vê às fls. 25/43, no Recurso Especial nº 121.834 decidiu-se que em face de o servidor ter sido absolvido em processo penal deveria ser reintegrado ao serviço. Portanto, o que foi anulado no mencionado processo foi a penalidade administrativa de demissão que havia sido aplicada ao servidor, o que, s.m.j, não tem o condão de autorizar o cômputo para todos os efeitos do período (90 dias) em que o servidor esteve afastado das atribuições em face de suspensão.

CONCLUSÃO

23. Em razão do exposto, sugere-se ao e. Plenário:

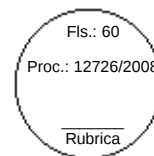
- I. ter por cumprida a Decisão nº 2781/2011;
- II. tomar conhecimento da defesa prévia apresentada pelo servidor às fls. 15/23, para, no mérito, considerá-la improcedente;
- III. considerar ilegal a concessão em exame, por falta de requisito temporal, com recusa de registro, devendo a Polícia Civil do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria;
- IV. dar ciência ao servidor, por meio de seu representante legal, e à jurisdicionada da deliberação que vier a ser adotada neste feito; e
- V. autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

À consideração superior.

Brasília, 17 de agosto de 2011.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Paulo de Souza Mangueira Júnior
Auditor de Controle Externo
Matr. nº 630-1